

Handwritten signature and initials.

Reunião Ordinária – Acta nº 25/2011

Data – 2011-10-31

Início – 14.40 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.50 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores
Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Elsa Maria da Costa Cardoso (substituição)
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 28-10-2011:

a) Dotações Orçamentais €1.747.585,79
b) Dotações não Orçamentais €136.524,47

Total das Disponibilidades €1.884.110,26



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, o Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, António Santana Maia Leonardo, manifestou à Presidente da Câmara, no início da reunião, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2009, Elsa Maria da Costa Cardoso.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-se que Elsa Maria Costa Cardoso se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi a mesma convocada e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.

al
at

A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da acta relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por dar conta de que a realização da 10ª edição da Feira de Doçaria Tradicional foi muito bem sucedida, tendo contado este ano com a presença também da Embaixada do Japão em Portugal. Foi uma iniciativa muito participada, pese embora se tenha verificado alguma redução no volume de vendas, decorrente da própria conjuntura económica que o país atravessa.



Em seguida, deu a conhecer um artigo publicado no Jornal de Notícias do dia 31 de Outubro sobre a dívida das autarquias às construtoras e os prazos de pagamento. O município de Abrantes integra os municípios com prazos de pagamento após 3 meses, no que toca às construtoras. Este facto carece de alguma interpretação, uma vez que não é coerente com a informação veiculada pela própria DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais – na qual o município tem como prazo de pagamento um período inferior a 90 dias.

Explicou que esta divergência está relacionada com a execução do QREN, sendo que algumas facturas de empreitadas só podem ser pagas após a confirmação do financiamento e depois do necessário visto do Tribunal de Contas o que provoca, por vezes, alguma dilação no prazo médio de pagamento. No entanto, salientou o enorme esforço do município em não prejudicar os empreiteiros, atendendo a que muitas vezes os valores facturados não têm margem de lucro significativa.



Depois informou que a versão em discussão do Orçamento de Estado para o ano 2012, aponta para uma redução da capacidade de endividamento líquido e dos empréstimos a médio e longo prazo dos municípios de 125% para 62,5%. No entanto, o município de Abrantes, mesmo que se venha efectivamente a verificar esse imperativo, não ficará em situação de incumprimento

Q1
At

– ainda que contabilizados os valores do empréstimo do BEI – Banco Europeu de Investimento.

Sobre esta questão, aproveitou para referir que foi aprovada a candidatura apresentada pelo Município de Abrantes ao BEI no que diz respeito aos Centros Escolares, tendo sido apenas excluído o Centro Escolar de Bemposta, ainda que, mais tarde, possa ainda vir a ser contemplado.



Depois, a Presidente da Câmara deu conta que o Semanário Expresso, na sua edição de 22 de Outubro da revista Única, destacou como "Sugestões da Semana" o vinho Casal da Coelheira Reserva branco 2010, da casta Chardonnay, produzido pelo Centro Agrícola do Tramagal.



Por fim, referiu-se ao incêndio ocorrido no passado domingo, dia 23 de Outubro, muito próximo do centro da cidade de Abrantes, dizendo que teve origem numa queimada e que está a ser investigado.

Aproveitou para dizer que estiveram 140 homens e 40 viaturas de bombeiros no local e que a presença de curiosos prejudicou muito o desenrolar dos trabalhos.

Não houve danos pessoais, mas chegou a haver prejuízos numa residência e a urgência do Hospital teve que ser evacuada.

Sobre a limpeza dos terrenos disse que os proprietários já haviam sido notificados, ou por edital ou pessoalmente, nos casos de denúncia, mas que por várias razões não procederam à limpeza.

A autarquia, por não ter capacidade para mais intervém apenas nos terrenos públicos, sendo que cada terreno privado é da responsabilidade do seu proprietário.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão referiu-se ao projecto Igualdade de Género e Não Discriminação em Abrantes. Prevê este projecto, que terminará em 2013, a realização de várias acções, nomeadamente:

- Diagnóstico;
- Dinamização do Gabinete de Promoção da Cidadania e da Igualdade;
- Acções de sensibilização nas escolas;
- Implementação na estrutura curricular das Universidades Sénior de temáticas no âmbito do projecto;
- Realização de Programas nas Rádios Locais;
- Workshops com as Comissões Sociais de Freguesia;
- Realização de Acções de Formação para dirigentes e profissionais das associações culturais e desportivas;
- Realização de acções de sensibilização junto de entidades empregadoras do concelho;

Q1
Adm

- Realização de acções internas para dirigentes;
- Fórum com associações desportivas e culturais;

A Vereadora Celeste Simão disse ainda que, até ao momento, já foram realizadas as seguintes actividades: Assinatura de protocolo e uma Assembleia Municipal Extraordinária.

Neste momento, o Município está a elaborar o diagnóstico sobre a Igualdade de Género e Não Discriminação em Abrantes.

Finalizou referindo que, trimestralmente será apresentado em reunião de câmara o ponto de situação e respectiva avaliação das actividades.



VEREADORA ELSA CARDOSO

A Vereadora Elsa Cardoso apresentou um pedido de esclarecimentos dos Vereadores eleitos pelo PSD, que a seguir se transcreve:

"Nos próximos dias 11/12/13 de Novembro de 2011, vai decorrer o aniversário da Banda Arte Nova, em Rio de Moinhos Abrantes, que irá contar com a participação de várias bandas e grupos musicais, assim como de artistas conhecidos da zona de Abrantes e Portalegre e algumas bandas filarmónicas.

Trata-se de um evento que irá certamente animar e atrair muita gente a uma freguesia do nosso concelho e numa época baixa, mas para o qual a existência de um palco é fundamental. Não se pode, no entanto, exigir que os promotores do evento disponham de um palco para o efeito pelo que a cedência de um palco pela autarquia parece-nos ser a solução natural, para mais para um evento de inegável interesse concelhio.

Pelo exposto, gostaríamos de saber qual a razão para a autarquia recusar a cedência de um palco para a realização deste evento de inegável interesse concelhio."

A Presidente da Câmara disse que aquilo que os Vereadores do PSD pretendem ver aprovado implicaria que a Câmara Municipal incorresse em incumprimento naquilo a que são as suas responsabilidades. Trata-se de um evento de índole particular e com intuito lucrativo, sendo que a Câmara Municipal ao aprovar a cedência gratuita do palco, subsidiando indirectamente a actividade, estaria a agir em benefício de particulares. A Câmara Municipal poderia ceder o palco a este evento, mas não de forma gratuita.

Explicou que a autarquia tem vindo a apoiar várias iniciativas, com a cedência gratuita de equipamentos ou espaços, mas apenas quando os eventos são realizados por associações ou, ainda que realizados por particulares, se destinem à angariação de fundos para as instituições, por exemplo. Por outro lado, a ser feita esta cedência, a autarquia ver-se-ia obrigada a ceder a todas as entidades que apresentassem pedido, por forma a ser equilibrada e justa nas suas decisões.

Estão definidas internamente algumas regras quanto à cedência gratuita dos palcos. Os palcos sem cobertura são emprestados, em regra e em primeira instância, às escolas do concelho, dos diversos graus de ensino, e, depois e uma vez em cada ano, a cada uma das Juntas de Freguesia. Mais que isso seria impossível, porque implicaria a disponibilização de muito tempo de vários colaboradores do município apenas para montar e desmontar palcos.

Q1
Cater

O palco com cobertura só é utilizado nas Festas da Cidade e, nos últimos anos, foi também cedido a título excepcional à Associação Knock Out, para a realização do LanFestival que conta com o apoio da autarquia no âmbito do Fincult, sendo que demora cerca de uma semana a montar e a desmontar.



O Vereador Belém Coelho compareceu na reunião quando eram 15.00 horas.

Em seguida a Vereadora Elsa Cardoso apresentou uma declaração dos Vereadores do PSD sobre o Museu Ibérico, que por ser extensa se anexa à presente acta.

A Presidente da Câmara disse que esta declaração lhe lembra uma fábula de uma cobra que pretendia retirar o "brilho" a um pirilampo. Os Vereadores do PSD têm por hábito o uso de palavras da retórica para chamar ignorantes e irresponsáveis aos elementos do executivo em funções.

O actual executivo confronta-se neste momento com uma situação financeira mais complicada e muito distinta daquela que existia no mandato anterior quando este projecto foi idealizado.

O cenário actual é o da necessidade de governar o concelho com cerca de 5 milhões de euros num ano a menos do que anteriormente, por força de uma forte quebra nas receitas próprias e nas transferências do orçamento de estado, quando existem cada vez mais responsabilidades. Os Vereadores sabem que a Câmara Municipal mantém uma situação saudável no que toca ao endividamento, e que todos devem reconhecer e sentir-se felizes pelo facto de a autarquia não estar e não se prever ficar em incumprimento – se calhar os Vereadores eleitos pelo PSD preferiam que isso acontecesse. Disse ter algumas dúvidas sobre quais são os sentimentos dos Vereadores eleitos pelo PSD sobre esta matéria – principalmente depois de ouvir uma declaração como esta.

Neste momento, com o facto de não se ter a garantia do financiamento do projecto – porque o Governo tarda em dizer o que pretende fazer com o QREN, provavelmente será entregar o dinheiro a Bruxelas – seria irresponsável avançar-se com o projecto nos moldes em que está, esgotando-se as receitas e ultrapassando-se a capacidade de endividamento.

Se as condições fossem as mesmas, avançava-se, sem dúvida, com o projecto tal qual como idealizado. Pretende-se avançar com a obra. No entanto, poderá vir a ser necessário executá-la em duas fases (primeiro o edifício do Convento de São Domingos e, mais tarde, a construção da torre) se não houver financiamento. Esta questão, neste momento, poderá significar a assunção de mais alguns custos com o projecto e terá como consequência uma grande diminuição do impacto do projecto, por exemplo ao nível da inclusão do Museu numa grande rota.

Disse achar que esta crítica significa que os Vereadores eleitos do PSD, que eram a favor desta solução, não pretendem mesmo é a construção do MIAA.

Quanto ao estudo económico-financeiro, como já foi referido outras vezes, está a ser feito. O executivo em funções não tem a veleidade de achar que o MIAA será sustentável financeiramente por si só, porque nenhum museu o é, e porque não é essa a sua finalidade.

A Presidente da Câmara disse também que lhe custa que se continue a falar sempre do mesmo e a dar azo a que outros continuem desta forma a criticar e a colocar entraves ao projecto.

Acta da reunião de -31 de Outubro de 2011

AL
Câmara

Esclareceu que esta possibilidade de vir a avançar com a obra de forma faseada, não se deve ao facto de a Presidente da Câmara ouvir ou não tudo o que tem vindo a ser dito, mas sim de atender às condições reais.

Lamenta que se continue a denegrir a imagem de quem trabalha todos os dias em prol do concelho – pois não são ignorantes nem irresponsáveis. O que os Vereadores eleitos pelo PSD gostariam era retirar o “brilho” ao executivo em funções, mas não conseguem, porque os eleitos em funções continuarão a trabalhar muito e com a mesma garra que tiveram até agora, conseguindo fazer aquilo que poucos conseguem: uma gestão equilibrada, sem alterar as condições da Câmara Municipal, mesmo com as diversas contingências, sendo inclusivamente uma referência nacional.

Ainda relativamente às considerações tecidas, referiu que o investimento é muito mais que custo. O investimento neste projecto irá traduzir-se no retorno que trará para a comunidade, independentemente do custo.

A Vereadora Elsa Cardoso disse que já há trinta anos se sabia que Portugal iria chegar a este ponto e que já há quinze anos que se sabia que Portugal ia “crashar”.

A Presidente da Câmara disse que isso seria uma discussão que levaria muito longe. Há muitos prós e contras e o que tem que ser feito é uma avaliação. Se pretendem apelidar a presidente e os vereadores de ignorantes e irresponsáveis, façam-no, mas tenham a noção que este poderá ser um dos primeiros projectos a ter que ser alterado. Espera que, a curto prazo, não se tenha que estar aqui a discutir a reavaliação de outros projectos com impacto brutal no concelho e que poderão ser-lhe retirados.

A responsabilidade de todos os eleitos, nos dias de hoje, não é a de fazer oposição mesquinha apenas para ataque aos eleitos em funções, mas sim a de procurar estar unidos para que o Concelho de Abrantes continue com o seu protagonismo para alavancar o seu desenvolvimento. Aquilo que está a ser feito hoje, de acordo com as propostas de Orçamento de Estado e com o Documento Verde, é um esvaziamento completo dos municípios e de Abrantes. Haverá municípios que ganharão com o esvaziamento de Abrantes.

A Vereadora Elsa Cardoso disse que o Centro Histórico já está esvaziado. Que foram feitos muitos erros nos últimos anos, do PS e do PSD. Não houve a sensatez de querer que as pessoas viessem de baixo para cima e não de cima para baixo.

Em seguida, seguiu-se alguma discussão relativamente ao pagamento de portagens e aos valores da A23.

A Presidente da Câmara alertou para o facto de que Abrantes vai perder muito daquilo que tem vindo a lutar para ter e que se continuar neste discurso só se dará mais azo a isso.

A Vereadora Elsa Cardoso deu conta também de um evento a que assistiu onde foi dito que as pessoas no interior deveriam ganhar menos do que quem vive em Lisboa, na medida em que têm a família por um lado e, por outro não tem que se deslocar. Disse ter sido muito crítica porque não há acesso no interior à cultura, embora todos contribuam para isso, tendo dado como exemplo o Centro Cultural de Belém.

Al
Cete

A Presidente da Câmara disse que é pena que a Vereadora Elsa Cardoso, como se denota pela sua intervenção, não queira ter a oportunidade de ter um "Centro Cultural" destes em Abrantes.

Em seguida disse que foi anunciado pelo governo a possibilidade de vir a ser retida parte do IMI para financiar os transportes públicos, que apenas são uma realidade em Lisboa e no Porto.

Se não se lutar para que haja equipamentos de valor patrimonial, cultural ou outro, ficaremos reduzidos a nada. Não se pode desistir – até porque o QREN prevê financiamento a 90% e a autarquia tem saúde financeira.

O Vereador Carlos Arês disse ver-se referenciado na declaração, com alguns epítetos, pelo que quis proferir algumas palavras. Disse compreender que as pessoas tenham algum receio que os organismos públicos lancem investimento. A lista que integrou nas eleições autárquicas manifestou-se favorável ao MIAA.

Desde as eleições houve alterações nos encargos da Câmara Municipal – construção do mercado, aquisição de imóveis para o seu funcionamento, os Centros Escolares, etc., foram obras que não estavam previstas para uma realidade num prazo determinado. A possibilidade de financiamento veio antecipá-las. A realidade é agora diferente e contribuem para isso: a capacidade de endividamento da autarquia que ficou diminuída por força legal, a canalização das verbas para esses investimentos e a quebra sentida ao nível das receitas e nas transferências do orçamento de estado.

Neste momento, a possibilidade de não se avançar com o MIAA nos moldes idealizados anteriormente é fácil de explicar: a Câmara Municipal de Abrantes pode não ter possibilidade legal para o fazer, tal qual como estava previsto.

Ao contrário daquilo que passou uma vez para a opinião pública de que o Vereador Carlos Ares teria dito que não interessava se o museu era sustentável ou não era sustentável, todos os projectos ligados à cultura, em si, podem ser sustentáveis, ou mais sustentáveis, de acordo com a forma como vierem a ser implementados. É normal que se diga que um projecto em abstracto não é sustentável, mas se o adaptarmos e lhe dermos a dimensão adequada, ele poderá vir a sê-lo.

Aqui, a diferença reside não em fazer o estudo para saber se é sustentável, mas sim em fazer o estudo para saber como é que pode vir a ser sustentável, como se pode aproximar de menos despesas e mais receitas, por exemplo – pode haver necessidade de adaptações.

O museu a ser realizado à escala total seria extraordinariamente importante. Só por si significaria, a um ritmo semanal, visitas por parte de arquitectos e de estudantes de arquitectura a uma obra desta dimensão, porque é o que acontece noutras obras, em Portugal e no estrangeiro. Depois contribuiria para que Abrantes se colocasse, a par de Tomar e Fátima numa rota de turismo da região centro. De outra forma, vê que um "museuzinho" dificilmente permitirá fazer diferença e dar esse salto.

A Vereadora Elsa Cardoso disse que ter-se-ia que fazer muito mais para se conseguir ficar no caminho de Tomar.

A Presidente da Câmara disse que nós podemos querer ficar isolados para sempre e orgulhosamente sós. Há oportunidades que não se podem perder e não se pode continuar a discutir coisas que não nos levam a lado nenhum. Há que contrariar tendências.

Bel
Cot

O Vereador Carlos Arês disse compreender que a realidade financeira não permite a construção total do projecto. Mas vê a possibilidade de construção faseada como o mal menor, com o objectivo principal de salvar para o concelho de Abrantes as colecções. As dúvidas das pessoas cépticas ao museu assentam em 90% no facto de não conhecerem as peças da colecção Estrada e o seu valor. Está convicto que ninguém perdoará a um executivo se o museu, por qualquer motivo, não se vier a concretizar e as colecções transitarem para outro concelho.

Qual é a posição do PSD sobre isto e sobre o Museu? É ou não a favor da existência do Museu? Ou só está mesmo em questão o estudo? Conhecem algum museu no mundo que tenha tido início num estudo económico? O que se passa é sempre o contrário: há a intenção da criação de um museu e a sua fundamentação num estudo económico. Deu o exemplo do museu de Bilbao que parte de um projecto de arquitectura arrojado e espectacular, implantado numa zona improvável e horrível, que hoje é um caso de sucesso brutal.

Os Vereadores do PSD têm toda a legitimidade de exigir que seja efectuado um estudo económico de forma a garantir que a decisão de avançar para este museu com estas características tenha retorno. Mas esse estudo tem que ser feito depois de saber o que se pretende fazer para, em função dele, eventualmente adaptar, corrigir, ou arranjar complementos de viabilidade económica. Não ao contrário. Não há museus que nasçam de estudos económicos.

Por outro lado, queria que os Vereadores do PSD dissessem qual é a posição alternativa possível para a actuação da Câmara sobre as colecções Estrada, Maria Lucília Moita e Charters de Almeida.

A crítica sobre o investimento não avançar se não for sustentável é uma crítica fácil e esgota-se em si mesma. Há museu ou não há museu? Havendo estudo económico que indique os caminhos, serão a favor do museu?

Estas questões podem ser debatidas mas não chama aos Vereadores do PSD ignorantes, incompetentes, ou incapazes. Estamos ao nível do debate. E já vai sendo tempo de se abandonar uma linguagem quezilenta e provocatória neste tipo de intervenções.

A Presidente da Câmara disse concordar com o referido e quis ainda acrescentar que a colecção estrada suporta cerca de 5 mil peças e as que têm vindo a público são das mais simples e mais pequenas. Se tiver que se avançar com a obra em fases – o que só se coloca se não houver financiamento –, sendo a primeira a do Convento de São Domingos não será possível albergar toda a colecção, investigá-la e catalogá-la como é a sua intenção, o que pode ser prejudicial.

O Vereador Belém Coelho referiu que já em tempos teve oportunidade de dizer que o estudo para um equipamento cultural não é feito da mesma como se fosse para uma empresa. Tem em conta um conjunto de externalidades. É muito raro encontrar-se um equipamento viável, o que interessa é a externalidade sobre si próprio.

Somos obrigados a tentar que o *gap* entre despesas e receitas directas seja o mais diminuto possível, obviamente.

É evidente que um investimento não é um custo mas há investimentos que depois são custos terríveis e insuportáveis.

Sobre a questão da gestão da autarquia, embora não concordando com as posições assumidas, está em crer que o executivo em funções acredita que está a fazer o seu melhor.

Q1
C1

Em seguida, disse que também a ele a questão das portagens o atinge.

A Presidente da Câmara disse que a preocupação não reside sobre quem pode pagar, mas sim sobre quem não pode. Por outro lado, significará custos acrescidos para o município o facto de as viaturas pesadas voltarem a circular nas estradas nacionais e municipais.

Acresce ainda que não se sabem pormenores sobre a entrada em vigor das portagens. Não existe ainda legislação, pelo que ainda não poderão ser cobradas portagens. Lamentou não ter havido respeito pelos municípios.

A Vereadora Elsa Cardoso disse que se está a tentar que a cidade fique equilibrada, quando ela já não está há muito anos. Quando regressou a Abrantes arrependeu-se amargamente de o ter feito porque a cidade não correspondia de todo às expectativas de que tinha de criança.

A cidade ficou um pouco fantasmagórica e acha que isso tem tudo a ver com os PDM e com o PUA. Quando isso não foi acautelado não há museu que salve, não há hipótese. Adora museus e é muito sensível às questões culturais, mas acha que já se deveria ter pegado de outra forma, porque quem sai de Abrantes e está alguns anos fora, quando regressa vê coisas obsoletas.

A recuperação de casas antigas no estrangeiro é muito superior ao que é feito em Portugal. Mas esse é um problema do país. Nós não estimamos aquilo que é antigo. É mais fácil fazer uma coisa nova.

Disse que apesar de não gostar de Abrantes é uma grande defensora de Abrantes e tem imensa pena que as suas amigas estejam fora.

A Presidente da Câmara apelou para que não se entrasse nesse tipo de discussão. A Vereadora Elsa Cardoso, tendo a responsabilidade de estar presente nalgumas reuniões e de fazer opinião fora da autarquia, dizer que não gosta de Abrantes diz tudo relativamente ao que foi discutido até aqui.

A Vereadora Elsa Cardoso disse ter-se candidatado para fazer uma Abrantes melhor.

A Presidente da Câmara disse que a Vereadora Elsa Cardoso encerrou o período antes da ordem do dia, da "melhor" maneira: não gosta de Abrantes.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 19 de Outubro de 2011, a autorizar o fornecimento de areia a todos os cemitérios da área do município, para que os interessados possam proceder ao arranjo e manutenção das campas, uma vez que se aproxima o dia 1 de Novembro, dia de Todos os Santos (Dia de Finados).

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

Acta da reunião de -31 de Outubro de 2011

Q1
Celso

Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 18 de Outubro de 2011, a aprovar o valor de 3.613,02€ (três mil seiscientos e treze euros e dois cêntimos) relativo aos custos com a deslocação de um conjunto de alunos do curso de comunicação social da escola Superior de Tecnologia de Abrantes – Instituto Politécnico de Tomar, nos dias 26, 27, 28 e 29 de Junho de 2011, no âmbito de uma visita do Comandante da Brigada Mecanizada – Major General Esperança da Silva, ao Contingente Português no Kosovo.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a um ofício da Associação Centro Comercial Ar Livre, a solicitar o pagamento final do projecto Modcom – Modernização do Comércio – Acção C – 5ª fase, no valor de 5.728,01€ (cinco mil setecentos e vinte e oito euros e dez cêntimos). – 47724

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pagamento final do projecto Modcom – Modernização do Comércio – Acção C – 5ª fase, no valor de 5.728,01€ (cinco mil setecentos e vinte e oito euros e dez cêntimos).

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta, o ofício refª 429321 de Comboios de Portugal, E.P.E., datado de 07 de Outubro de 2011, a dar conta das alterações ao serviço IC da Linha da Beira Baixa, nomeadamente a entrada de automotoras renovadas, a partir do dia 15 de Outubro de 2011. – 45628

Tomado conhecimento.



Nº 5 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta o fax com a refª 429855 de Comboios de Portugal, E.P.E., datado de 13 de Outubro de 2011, a informar que foi adiada por duas semanas, a entrada ao serviço de automotoras renovadas na Linha da Beira Baixa. Conforme previsto, no dia 15 de Outubro entra em vigor o horário que decorre do novo modelo de exploração, mantendo-se provisoriamente a composição do comboio com máquina e carruagens. – 45901

Tomado conhecimento.

21
At

Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho, a aprovar a proposta de permuta de terrenos entre o Município de Abrantes e Miguel Joaquim de Jesus Alves Manito, para ampliação do espaço de recreio do novo Centro Escolar do Tramagal e casa contígua a esse terreno.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar e aprovar a aquisição nos moldes referidos o despacho da Presidente da Câmara e no acordo assinado e proposto, sendo, primeiro outorgado contrato promessa, e, posteriormente, após a regularização formal dos imóveis na Conservatória do Registo Predial, a escritura de compra e venda.

Conceder poderes à Presidente da Câmara Municipal para assinatura dos contratos.



Nº 7 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, intitulada "Jornal de Abrantes vs Jornal de Alferrarede", que, por ser extensa se anexa à presente acta, propondo o seguinte: - 38244

"A Câmara Municipal deverá suspender todos os apoios, directos e indirectos, designadamente os contratos de publicidade, com o Jornal de Abrantes.

Mais requerem que sejam informados de qual os montantes, devidamente discriminados, pagos pela Câmara Municipal de Abrantes e/ou pelos Serviços Municipalizados:

- em publicidade ao jornal de Abrantes e à Rádio Antena Livre entre os meses de Setembro de 2009 a Maio de 2011, assim como todos os subsídios às suas actividades ou eventos;

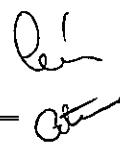
- em publicidade ao Jornal de Abrantes no ano de 2008."

Em resposta ao pedido de esclarecimentos que consta da proposta de deliberação, a Presidente da Câmara referiu os valores pagos, por ano, conforme a seguir se indica:

Jornal de Abrantes	2008	2009	2010	2011 (até Setº)
Contrato de publicidade			7.342,22€	5.806,55€
Publicidade - outros	5.181,88€	8.287,20€		

Antena Livre	2008	2009	2010	2011 (até Setº)
Contrato de publicidade	6.878,74€	6.847,50€	8.121,47€	10.789,12€
Publicidade - outros		3.000,00€	5.000,00€	2.500,00€

Deliberação: a proposta foi rejeitada com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Celeste Simão, Manuel Jorge Valamatos e Carlos Arês.



A Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto:

"Em sede de Reunião de Câmara de 05 de Setembro de 2011, os Vereadores do PSD apresentaram proposta de deliberação intitulada "JORNAL DE ABRANTES vs JORNAL DE ALFERRAREDE", que naturalmente nos merece algumas considerações.

Os Senhores Vereadores começam por dizer *"O Jornal de Alferrarede é um jornal mensal, tal como o Jornal de Abrantes.*

E, como faz referência o seu director no seu último número, o Jornal de Alferrarede «vive dos seus anunciantes, dos seus colaboradores e de muitas boas vontades».

Até aqui nada de novo, porque efectivamente, é assim que vão conseguindo sobreviver inúmeros jornais regionais por esse país fora, sendo esta, infelizmente, a única forma de um jornal manter a sua imparcialidade e o director a coluna direita «(...) não estou preso a nada. O jornal é meu, pago a tempo e bem todos os impostos, não recebo um cêntimo de subsídio do estado português, nem sob a forma de publicidade institucional.» (sic)

Agora o que não está correcto é a Câmara Municipal de Abrantes financiar, porque é precisamente isso que se trata, o Jornal de Abrantes com um subsídio anual de 8 000,00 € sob a forma de contrato de publicidade, enquanto o Jornal de Alferrarede tem de viver exclusivamente, «dos seus anunciantes, dos seus colaboradores e de muitas boas vontades».

Tem, por isso, o director Manuel Martinho inteira razão quando afirma que a Câmara de Abrantes «desconhece as palavras justiça e igualdade». "

Concordamos com os Senhores Vereadores. Ambos os jornais são mensais!

Será esse o seu único elemento comum? Acreditamos que não.

Eventualmente, ambos vivem dos seus anunciantes, dos seus colaboradores e de muitas boas vontades, como diz Manuel Martinho.

Não podemos concordar com os Vereadores eleitos pelo PSD quando afirmam que a Câmara de Abrantes *«desconhece as palavras justiça e igualdade»!*

Recordamos, em particular aos Senhores Vereadores, que integram a Câmara Municipal de Abrantes, o significado das duas palavras.

Justiça, *s.f.* virtude moral que inspira respeito pelo direito de outrem; conformidade com o direito; direito; rectidão; equidade.

Igualdade, *s.f.* qualidade do que é igual; correspondência perfeita entre as partes de um todo; organização social em que não há privilégio de classe; equação; identidade.

Será a Câmara que desconhece o significado destas palavras? Ou será que existe algum interesse em ignorar ou omitir alguns factos para se pode invocar a falta destes conceitos a uma Instituição com a responsabilidade que a Autarquia detém?

Não nos parece que as palavras justiça e igualdade se possam aplicar ao exemplo dado pelos Senhores Vereadores eleitos pelo PSD, porque estamos a falar de situações que não são comparáveis à partida.

É compreensível que o Director do Jornal de Alferrarede se queixe por se sentir "afectado" pela falta de apoio da Câmara Municipal, depois de saber que existe um contrato de publicidade com outros órgãos de Comunicação Social.

Não é "tão" compreensível que os Senhores Vereadores, pessoas esclarecidas e informadas, embarquem numa atitude peremptória de propor que "A Câmara Municipal deverá suspender todos os apoios, directos e indirectos, designadamente os contratos de publicidade, com o Jornal de Abrantes."

Q1
Ante

Onde ficam aqui as proclamadas "justiça e igualdade"?

Porque a proposta, ao contrário de incluir, exclui.

Ou seja, os Senhores Vereadores eleitos pelo PSD, não pretendem sequer beneficiar o Jornal de Alferrarede.

A intenção que fica desta proposta é a suspensão imediata do contrato firmado com o Jornal de Abrantes. E os outros?

Justificam-se dizendo "Até porque, ao financiar o Jornal de Abrantes com a quantia anual de 8 000,00€, a Câmara de Abrantes está a distorcer totalmente a concorrência com os outros jornais concelhios.

Por isso, o Jornal de Abrantes pode ser distribuído gratuitamente e aos milhares e com boa apresentação gráfica, enquanto o Jornal de Alferrarede tem de ter edições limitadas aos seus assinantes e menor qualidade gráfica."

Os Senhores Vereadores eleitos pelo PSD alegam ainda "E esta situação é tanto ou mais chocante quanto é certo que o Jornal de Abrantes só passou a ter este tratamento VIP, a partir do momento em que foi adquirido pelo Grupo Lena, um dos grupos empresariais mais poderosos do país (o tal que o inspector do Ambiente estranhou de «ganhar todos os concursos públicos na Câmara de Abrantes», e passou a ter como director o ex-vereador do PS e marido da ex-vereadora e presidente local do PS.

Acresce que, ao contrário do Jornal de Abrantes, o director do Jornal de Alferrarede não tem actividade partidária conhecida, tem uma história de vida ao serviço do jornalismo regional e não é dono de nenhum grande grupo empresarial."

Acontece que a Câmara Municipal de Abrantes tem contratos publicitários com outros órgãos de comunicação, além do Jornal de Abrantes. São eles, o Jornal A Barca e as rádios Antena Livre e Tágide.

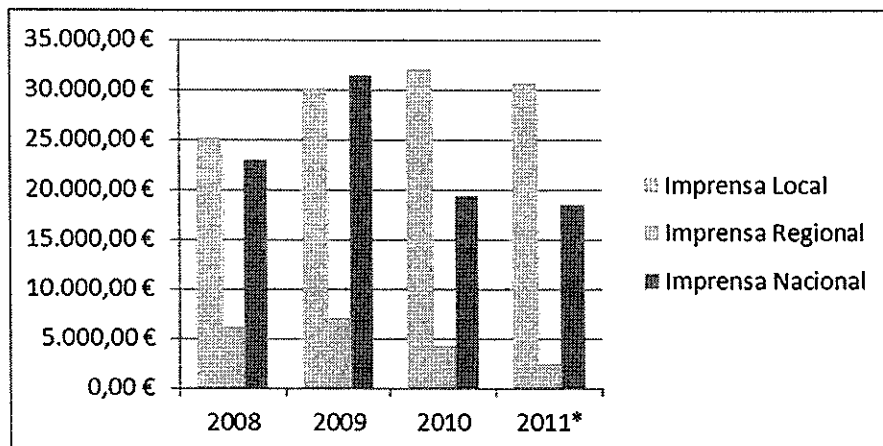
Todos eles, por iniciativa própria, apresentaram propostas à Câmara Municipal para a realização destes contratos de prestação de serviços de publicidade.

Apesar desta contratualização, existe uma rubrica em orçamento destinada à publicitação de anúncios diversos nos restantes meios de comunicação social. Estes contratos publicitários são estabelecidos no âmbito da legislação em vigor e divulgados em Portal próprio, não tendo a Câmara Municipal de Abrantes qualquer influência editorial junto dos órgãos de comunicação social com quem contratualiza.

Os Senhores Vereadores eleitos pelo PSD requerem ainda "*que sejam informados de qual os montantes, devidamente discriminados, pagos pela Câmara Municipal de Abrantes e/ou pelos Serviços Municipalizados:*

- em publicidade ao jornal de Abrantes e à Rádio Antena Livre entre os meses de Setembro de 2009 a Maio de 2011, assim como todos os subsídios às suas actividades ou eventos;
- em publicidade ao Jornal de Abrantes no ano de 2008."

Parece antes de mais necessário enquadrar em termos genéricos aquela que tem sido a política de contratação de meios publicitários pela Câmara Municipal de Abrantes. Assim, e analisando os dados dos últimos quatro anos, ilustrados no gráfico abaixo, constata-se que desde 2010 se tem assistido a uma política de privilegiar a contratação de meios publicitários locais, política essa que se norteia pela relevância conferida ao apoio aos meios de comunicação local pela sua clara importância quer do ponto de vista cultural, quer também do próprio desenvolvimento económico e social do Concelho.



Recordamos, que a eficácia externa da actividade municipal está prevista na lei e que em primeira instância visou reforçar a política de comunicação externa da Câmara, de forma a aumentar a cobertura das actividades que se realizam sob a responsabilidade da autarquia.

A difusão pública das actividades municipais revela-se de grande importância, de forma a chegar às comunidades locais e também regionais, já que em matéria de actividades culturais, desportivas e outras, o público-alvo é mais abrangente, como se deseja, nomeadamente junto da população que reside no Médio Tejo.

Já todos ouvimos dizer que o que não se vê ou não se ouve, simplesmente não existe!

Rádios Locais

Relativamente aos contratos de publicidade estabelecidos com as duas rádios locais com sede no concelho, eles existem há já alguns anos.

Naturalmente, mantém-se a justificação utilizada para a generalidade dos órgãos que têm contrato com a Câmara. Também as rádios Antena Livre e Tágide, por iniciativa própria, apresentaram propostas à Câmara Municipal para a realização destes contratos de prestação de serviços de publicidade.

Constata-se pelas características inerentes a estes meios de comunicação que a mensagem tem grande eficácia:

1. Custo por contacto muito baixo;
2. Timings de produção curtos;
3. Permite uma rápida concretização do planeamento devido à não saturação publicitária da maior parte dos suportes e características técnicas;
4. Meio flexível que permite segmentar o público-alvo, "regionalizar", estar presente em várias durações e períodos horários específicos;
5. Possibilita a obtenção de elevados índices de repetição;
6. Elevada capacidade de exploração musical;
7. Excelente meio no que respeita ao contacto directo com o público.

De salientar que, neste contrato de prestação de serviços na área da publicidade, não está incluído o subsídio atribuído à Gala da Antena Livre. São processos distintos.

Imprensa Escrita

De
At

Como já foi referido, os jornais apresentaram as suas propostas, de forma espontânea, que foram consideradas válidas após uma análise que confirmou que são canais de comunicação usados pelos cidadãos, merecem credibilidade tanto junto do público global como do público segmentado.

Têm um nível de cobertura regional alargado; maior tempo de exposição da comunicação ao alvo; possibilidade de contacto directo com o público; grande flexibilidade em termos de regionalização, possibilidade de segmentação e variedade de formatos e localizações.

Com os restantes jornais, a Câmara contratualiza outras publicações (exemplo: avisos, editais), tendo em atenção o público-alvo que atingem e a sua periodicidade. São sempre privilegiados os valores da publicitação, mas em conciliação com a capacidade dos órgãos atingirem os públicos-alvo, o que se passa pela tiragem e inserção local ou regional.

Estamos perante um mensário, considerado uma publicação histórica do concelho, de grande tiragem e distribuição gratuita (Jornal de Abrantes) e de um semanário (Jornal A Barca), que complementa o primeiro.

Em conjunto, estas publicações permitem abranger um maior número de leitores, inclusivamente nos concelhos de Chamusca, Constância, Entroncamento, Golegã, Gavião, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha.

Pelas razões apresentadas, os eleitos pelo Partido Socialista (PS) votam contra esta proposta de deliberação.

Os contratos estabelecidos pela Câmara foram realizados na sequência da apresentação de proposta espontânea, por parte dos departamentos comerciais dos "Jornal de Abrantes" e "A Barca".

Foram consideradas válidas após uma análise que confirmou que são canais de comunicação usados pelos cidadãos, têm um nível de cobertura regional alargado, possibilitando a eficácia externa da actividade municipal, prevista na lei.

A Câmara Municipal de Abrantes não financia órgãos de comunicação social, como os Senhores Vereadores eleitos pelo PSD afirmam na sua declaração. Na forma retórica como abordam a questão, fica a ideia de que a Câmara beneficia alguns órgãos de comunicação social em detrimento de outros. Isso não acontece.

Os contratos, e não subsídios, foram estabelecidos no âmbito da legislação em vigor e divulgados em Portal próprio e serão alvo de revisão no final do seu termo. A Câmara sempre investiu publicidade neste meio, independentemente da sua organização empresarial. É importante registar aqui que a Câmara não negocia entrevistas, reportagens, editoriais ou artigos de opinião. Contratualiza publicidade institucional.

Os eleitos do PSD insistem em centrar a questão no Jornal de Abrantes. Desafiamos os senhores vereadores a concretizar aquilo a que chamam de "estreitas relações" entre o Jornal de Abrantes e a Câmara. Não podemos, e não queremos fazer confusão, o Jornal de Abrantes serve uma região. O "Passos do Concelho" serve um concelho.

O Vereador Carlos Arês disse que votava contra a proposta porque está em causa o termo imediato de um contrato por parte da autarquia, o que não faz sentido, porque foi celebrado entre as partes. Quando houver lugar a novo contrato, logo se podem tomar posições.

Al
Câmara

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de actividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
45575	Associação Juvenil "Cem Rumos"	Baile da Juventude	28.10.11	<ul style="list-style-type: none">• Recinto improvisado;• Ruído;• Impressos e flyers	123,85€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Divisão Jurídica

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 14 de Outubro de 2011, que remete, para aprovação, o processo respeitante ao concurso público para a cedência de exploração do quiosque situado na Jardim da República, em Abrantes, constituído por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do referido concurso. - 45781

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o referido processo composto por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do Concurso.

Aos respectivos serviços para procederem ao desenvolvimento do concurso público e à publicitação do edital, conforme sugerido na referida informação.

Al
Act

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a minuta do Edital referente à alienação em hasta pública de nove lotes, destinados a habitação, integrados no loteamento de um terreno municipal, sito em Bemposta, onde consta o número dos lotes e respectivas áreas e preços base de licitação, não sendo admitidos lances inferiores a € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). - 45810

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a minuta do edital com as condições de alienação em hasta pública de nove lotes, destinados a habitação, integrados no loteamento de um terreno municipal, sito em Bemposta.

Ao Serviço de Contencioso, Notariado e Contratos para proceder à marcação da data para realização da referida hasta pública e desenvolvimento do respectivo processo, devendo os editais serem publicados nos lugares mais públicos e do costume.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a minuta do Edital referente à alienação em hasta pública de um prédio urbano destinado a habitação, sito na freguesia de São Vicente, Abrantes, onde consta o número do lote e respectivas áreas, pisos obrigatórios, tipologia, nº de fogos e preço base de licitação, não sendo admitidos lances inferiores a € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). - 46809

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a minuta do edital com as condições de alienação em hasta pública de um prédio urbano, sito em São vicente, Abrantes.

Ao Serviço de Contencioso, Notariado e Contratos para proceder à marcação da data para realização da referida hasta pública e desenvolvimento do respectivo processo, devendo os editais serem publicados nos lugares mais públicos e do costume.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a minuta do Edital referente à alienação em hasta pública dos lotes 44 e 48-B do loteamento municipal em Vale de Rãs, Abrantes, destinados a construção urbana, onde consta o número dos lotes e respectivas áreas, pisos obrigatórios, tipologia, nº de fogos e respectivos preços base de licitação, não sendo admitidos lances inferiores a € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). - 46812

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a minuta do edital com as condições de alienação em hasta pública dos lotes 44 e 48-B do loteamento municipal em Vale de Rãs, Abrantes.

Ao Serviço de Contencioso, Notariado e Contratos para proceder à marcação da data para realização da referida hasta pública e desenvolvimento do respectivo processo, devendo os editais serem publicados nos lugares mais públicos e do costume.

Al
At

Divisão Financeira

Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 7ª Proposta de Alteração Orçamental 2011, da Câmara Municipal de Abrantes. - 47769

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da Informação da Divisão Financeira.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente ao pagamento de honorários ao escritor Afonso Cruz, para a actividade "Entre nós e as palavras", no montante de 150,00€ (cento e cinquenta euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 42419

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente ao pagamento de honorários ao escritor Afonso Cruz.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente ao pagamento de honorários ao escritor João Tordo, para a actividade "Entre nós e as palavras", no montante de 200,00€ (duzentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 41129

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente ao pagamento de honorários ao escritor João Tordo.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente ao pagamento de honorários à ilustradora Rute Raquel Raposo Reimão, para a actividade "Entre nós e as palavras", no montante de 200,00€ (duzentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 41754

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente ao pagamento de honorários à ilustradora Rute Raquel Raposo Reimão.

Q1
O

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente ao pagamento de honorários à ilustradora Maria João da Silva Raimundo, para a realização de uma actividade na Biblioteca Municipal António Botto, no montante de 200,00€ (duzentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 40305

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente ao pagamento de honorários à ilustradora Maria João da Silva Raimundo.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação de necessidade, elaborada pela DF- Património, para aquisição de serviços de seguros, remete para aprovação, a seguinte proposta de decisão de contratar: - 47730

- Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estimou-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder o montante de 465.000,00€ (155.000,00€/ano), acrescido de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito, a satisfazer pela dotação, 11D.02.02.12 Seguros. Tendo em conta que, a despesa só terá reflexos em 2012, o respectivo valor estimado será contemplada no orçamento em elaboração para o próximo ano e será cabimentada com a sua entrada em vigor. O mesmo acontecerá nos anos restantes anos de vigência do contrato.

Uma vez que, os encargos inerentes ao referido contrato excedem o limite de 99.758,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contracção, a mesma foi autorizada pela Assembleia Municipal em sessão de 30 de Junho de 2011, conforme estipulado nos pontos 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a al. f) do nº 1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

- Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar (de acordo com os limites ao valor do contrato constantes dos artigos 19.º a 21.º do CCP), propõe-se a adopção de concurso público com anúncio no *JOUE*. O mesmo será desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal.

Propõe ainda:

- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;

21
Cet

- Fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar por um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal estipulado no artº 48º do CCP (3 anos);
- Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço;
- A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento:
 - a) Ana Cristina Neves (presidente);
 - b) Elsa Margarida Mendes (vogal efectivo);
 - c) António José Lourenço (vogal efectivo);
 - d) João António Silva (vogal suplente);
 - e) Luis Miguel Valente (vogal suplente).
- Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à excepção da decisão de adjudicação.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 20 de Outubro de 2011, a aprovar o preço de 10€ (dez euros), para venda de cada exemplar do livro de Actas das I Jornadas do MIAA. - 46455

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, na sequência do pedido da Associação de Desenvolvimento Cultural Palha de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita da sala polivalente da Biblioteca Municipal António Botto, para realização da IX Jornadas de História Local, a levar a efeito no dia 25 de Novembro de 2011. - 41689

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Pl
et

Divisão de Desporto e Juventude

Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre o Município e Abrantes e a Associação Cres.Ser, com a finalidade de promover e desenvolver a prática de actividades físicas/motoras, no Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes, tendo em vista a melhoria da condição física/qualidade de vida dos seus alunos. – 42365

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício nº 10.022.11 do Clube Náutico de Abrantes, datado de 10 de Outubro de 2011, no âmbito do protocolo de colaboração celebrado com o Município de Abrantes, vem aquele clube na sequência da redução do valor/hora a pagar aos monitores de natação das piscinas municipais, propor uma diminuição mensal de 1.000,00€ (mil euros) no valor da transferência a efectuar para o referido clube, passando o valor a transferir de 13.000,00€ por mês para 12.000,00€ por mês. – 46350

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o valor a transferir para o Clube Náutico de Abrantes de 13.000,00€ por mês para 12.000,00€ por mês.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 23 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação, quadro síntese dos pedidos de dispensa de taxas por parte das instituições escolares, para utilização das infra-estruturas desportivas, no valor total de 27.131,61 € (vinte e sete mil cento e trinta e um euros e sessenta e um cêntimos). – 47275

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento de taxas referente aos pedidos de utilização das infra-estruturas desportivas por parte das instituições escolares, no valor total de 27.131,61 € (vinte e sete mil cento e trinta e um euros e sessenta e um cêntimos).

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Al
et

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 262 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 17 de Outubro de 2011, acerca da vistoria efectuada à empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida - Abrantes", adjudicada à Sociedade Tecnorém, Engenharia Construções, S.A., para efeitos de recepção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



Nº 25 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à Informação nº 264 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 20 de Outubro de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.693, no montante de 311.552,35€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais por realizar da empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", garantia essa que já foi reduzida anteriormente para o montante de 287.460,17€.

Tendo sido já entregue a factura no montante de 26.617,50€ com o auto nº 10, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 10.437,27€, que corresponde a 30% do valor do auto, de acordo com nº 2 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção, que passará a ter o valor de 277.025,90€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 264 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.



Nº 26 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 258 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 14 de Outubro de 2011, a dar conta que a sociedade comercial, J. Gomes - Sociedade de Construções do Cávado, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo - Aquapolis Margem Sul - Abrantes", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da

P1
Ct

adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 258 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 259 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 14 de Outubro de 2011, a dar conta que a sociedade comercial, J. Gomes – Sociedade de Construções do Cávado, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Rio de Moinhos", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiros em obra e referindo que cumprem com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada dos subempreiteiros em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 259 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.

Ql
Cite

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 28 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 033/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil, datada de 07 de Outubro de 2011, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Casal do Vale 4", freguesia de Alvega, concelho de Abrantes, com a área de 23,2 Ha, requerido por Altri Florestal, S.A.. - 42018

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a acção de modelação do solo, conforme solicitado por Altri Florestal, S.A., nos termos da referida Informação Nº 033/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 034/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil, datada de 12 de Outubro de 2011, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Vale do Inferno", freguesia de S. Facundo, concelho de Abrantes, com a área de 13,4 Ha, requerido por Altri Florestal, S.A.. - 42129

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a acção de modelação do solo, conforme solicitado por Altri Florestal, S.A., nos termos da referida Informação Nº 034/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente ao pedido de José dos Santos de Jesus Bioucas, a solicitar que as obras de conservação no prédio sito no Largo de Santana, nºs 98-100, em Abrantes, propriedade de Maria Isabel Lopes Vaz Justiça, cabeça-de-casal da herança à qual pertence o prédio, sejam realizadas pelo município, no prazo seis meses, conforme previsto no artigo 35º, nº 1, alínea b) do Decreto-Lei nº 157/2006 de 8 de Agosto.

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita dos interessados, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhes conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

Acta da reunião de -31 de Outubro de 2011

Pl
ct

- Informar o requerente que, pese embora a possibilidade da câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para dar execução imediata às obras impostas à proprietária (herança de José Justino) na figura de cabeça-de-casal, nos moldes do artigo 99º do regime jurídico da urbanização e edificação, não dispõe actualmente a autarquia de meios para essa acção, tendo em consideração o precedente que tal originaria e as implicações orçamentais decorrentes da consequente generalização de tal procedimento (substituição do proprietário pela autarquia);
- Todavia, a redacção conferida pelo NRAU (Novo Regime do Arrendamento Urbano) ao Código Civil, nomeadamente pelo seu artigo 3º, dispõe o artigo 1074º do referido código, que o arrendatário poderá executar obras de conservação ordinárias ou extraordinárias, requeridas pelas leis urgentes ou pelo fim do contrato, desde que autorizado por escrito pela proprietária;
- Informar a proprietária que a mesma incorre em contra-ordenação pelo não cumprimento da notificação de 05 de Agosto de 2011.

Podem os interessados pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 31 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante à Informação Nº 345 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 13 de Outubro de 2011, acerca das alterações à Postura de trânsito e ao Regulamento de estacionamento da Freguesia de Tramagal. - 29052

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as alterações à Postura de trânsito e ao Regulamento de estacionamento da Freguesia de Tramagal, de acordo com a referida Informação Nº 345 da Divisão de Serviços Urbanos.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e cinquenta minutos.

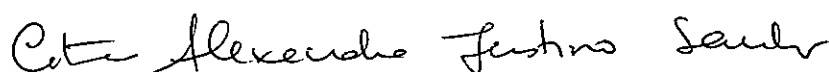
De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO



MUSEU IBÉRICO

Declaração

31 de Outubro de 2011

Na Câmara de Abrantes, ainda se continua a confundir custos com benefícios. E a nossa desgraça, que vamos começar agora a pagá-la com língua de palmo e durante os próximos trinta anos, deve-se precisamente à ignorância dos governantes e dos autarcas que, por confundiram, durante vinte anos, investimento com benefícios (quando o investimento é só custos), levou o país a um nível de endividamento que hoje somos incapazes de pagar.

Mas a diferença entre custos e benefícios é muito fácil de perceber: uma estrada é toda ela custos; o benefício é o trânsito que passará nela. Se não houver trânsito, o benefício é zero. Ora, todo o investimento no projecto, na construção e na manutenção do museu ibérico é custo, o benefício são as pessoas que o visitarem. Para que o investimento seja reprodutivo, é necessário que os custos sejam inferiores ao benefício, caso contrário, em vez de o investimento gerar riqueza, gera empobrecimento.

Os vereadores eleitos pelo PSD são, obviamente, favoráveis à construção de um museu ou adaptação de um espaço para albergar colecções de reconhecido valor (como a senhora presidente nos garante ser o caso), desde que o projecto não ponha em risco a coesão territorial e o tecido económico do município, como sucederia se o projecto consumisse recursos essenciais e não fosse capaz de gerar o retorno equivalente.

É, por esta razão, que os vereadores eleitos pelo PSD sempre defenderam, desde o início, que, pretendendo a Câmara avançar com um projecto megalómano que vai mobilizar e consumir recursos essenciais do município, para mais num tempo de grave crise económica e financeira, não o deveria iniciar sem fazer um estudo sério sobre a sua viabilidade e sustentabilidade económica.

Acontece que a Câmara avançou para a construção do museu completamente às escuras, ultrapassando todos os patamares da irresponsabilidade política. O problema é que são sempre os mesmos a pagar as irresponsabilidades dos nossos autarcas e governantes. Esta foi, de facto, a questão política que sempre separou os candidatos e vereadores eleitos pelo PSD dos candidatos e/ou vereadores eleitos pelo PS e não só. E defendemos esta posição, desde o

ESP.

EL

Cet

início, bem sabendo que não era politicamente correcta, nem eleitoralmente recompensadora, face à intoxicação da opinião pública abrantina pela máquina de propaganda socialista que apresentava a construção do museu como a panaceia para todos os males da cidade e do concelho.

E tendo o PS montado toda a sua máquina de propaganda em torno da construção do projecto megalómano e de viabilidade muita duvidosa do Museu Ibérico, não pode deixar causar grande perplexidade e apreensão, uma vez que fere de morte a credibilidade do executivo socialista, o recente reconhecimento público da senhora presidente da câmara de que, *«atendendo à actual conjuntura, seria irresponsável avançar para este investimento nos moldes em que estava previsto»*, ficando a *«construção da torre para uma segunda fase quando e se as condições o proporcionarem»*.

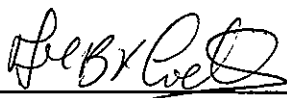
Ora, a actual conjuntura não só já dura há, pelo menos, quatro anos como vai durar, infelizmente, por muitos e muitos anos. Reconhecer só agora a irresponsabilidade para se avançar para um investimento desta grandeza revela só por si a grande irresponsabilidade e inconsciência de quem conduziu, em estado de absoluta cegueira perante a situação económica do país, este projecto até à beira do precipício, com todos os custos para os munícipes que isso já implicou e vai implicar.

Depois do aluimento do IC9 (I), do sumiço do mega-projecto cultural publico-privado idealizado para o espaço do mercado diário (II) e da derrocada do mega-edifício da câmara municipal (desde a ESTA até à garagem da rodoviária) (III), a anunciada castração da torre do MIAA, a mais emblemática manifestação de virilidade saloia do poder socialista, compagina uma verdadeira confissão pública de impotência, bem reveladora da impreparação do actual executivo socialista para gerir a autarquia num tempo que exige racionalidade, competência, discrição, prudência e rigor.

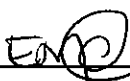
Não fosse Portugal um país ainda arredado de uma verdadeira vivência democrática, onde os decisores políticos nunca extraem as necessárias consequências das suas irresponsáveis decisões, e a demissão seria o corolário lógico do reconhecimento público da impossibilidade de cumprimento de todos os grandes objectivos assumidos publicamente, para mais com a justificação de que *«seria uma irresponsabilidade levá-los por diante na actual conjuntura económica»*.

ANTÓNIO BELÉM COELHO
ELSA MARIA CARDOSO
VEREADORES

Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



(Elsa Maria da Costa Cardoso)



JORNAL DE ABRANTES vs JORNAL DE ALFERRAREDE

Proposta de deliberação

5 de Setembro de 2011

Cl
ate

O Jornal de Alferrarede é um jornal mensal, tal como o Jornal de Abrantes.

E, como faz referência o seu director no seu último número, o Jornal de Alferrarede *«vive dos seus anunciantes, dos seus assinantes, dos seus colaboradores e de muitas boas vontades»*.

Até aqui nada de novo, porque, efectivamente, é assim que vão conseguindo sobreviver inúmeros jornais regionais por esse país fora, sendo esta, infelizmente, a única forma de um jornal manter a sua imparcialidade e o director a coluna direita: *«(...) não estou preso a nada. O jornal é meu, pago a tempo e bem todos os impostos, não recebo um cêntimo de subsídio do estado português, nem sob a forma de publicidade institucional.»* (sic)

Agora o que não está correcto é a Câmara Municipal de Abrantes financiar, porque é precisamente isso que se trata, o Jornal de Abrantes com um subsídio anual de 8.000,00€, sob a forma de contrato de publicidade, enquanto o Jornal de Alferrarede tem de viver, exclusivamente, *«dos seus anunciantes, dos seus assinantes, dos seus colaboradores e de muitas boas vontades»*.

Tem, por isso, o director Manuel Martinho inteira razão quando afirma que a Câmara de Abrantes *«desconhece as palavras justiça e igualdade»*.

Até porque, ao financiar o Jornal de Abrantes com a quantia anual de 8.000,00€, a Câmara de Abrantes está distorcer totalmente a concorrência com os outros jornais concelhios.

Por isso, o jornal de Abrantes pode ser distribuído gratuitamente e aos milhares e com boa apresentação gráfica, enquanto o Jornal de Alferrarede tem de ter edições limitadas aos seus assinantes e menor qualidade gráfica.

E esta situação é tanto ou mais chocante quanto é certo que o Jornal de Abrantes só passou a ter este tratamento VIP, a partir do momento em que foi adquirido pelo Grupo Lena, um dos grupos empresariais mais poderosos do país (o tal que o inspector do Ambiente estranhou de «*ganhar todos os concursos públicos na Câmara de Abrantes*»), e passou a ter como director o ex-vereador do PS e marido da ex-vereadora e presidente local do PS.

Acresce que, ao contrário do Jornal de Abrantes, o director do Jornal de Alferrarede não tem actividade partidária conhecida, tem uma história de vida ao serviço do jornalismo regional e não é dono de nenhum grande grupo empresarial.

O vereador Santana Maia já foi director de um jornal regional mensal e sabe bem que 8.000,00€ paga integralmente a edição de um jornal mensal.

E, tendo em conta as estreitas relações entre este jornal e a Câmara Municipal, há muita gente em Abrantes que duvida se a contratação de uma jornalista pela Câmara não se destina também a ajudar, de forma indirecta, o próprio jornal.

Até porque o Jornal de Abrantes não é mais do que um "Passos do Concelho" levado ao extremo da propaganda socialista.

Essa situação ainda se torna mais revoltante, quanto é certo que a Câmara Municipal acaba de aprovar um pacote de sobrecarga fiscal sobre os munícipes e as empresas extremamente duro.

Ora, os munícipes e as empresas não têm de andar a financiar com os seus impostos propaganda socialista, para mais numa altura em que têm de tirar aos filhos para dar à Câmara.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta:

A Câmara Municipal deverá suspender todos os apoios, directos e indirectos, designadamente os contratos de publicidade, com o Jornal de Abrantes.

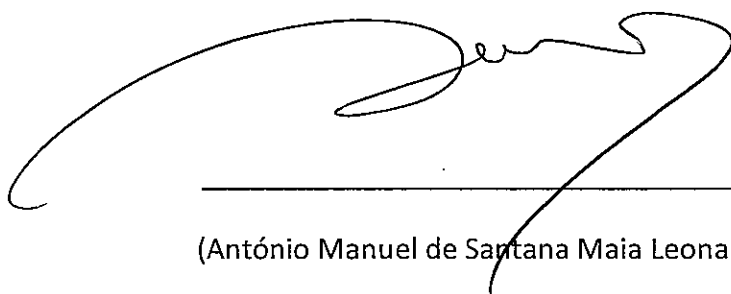
Mais requerem que sejam informados de qual os montantes, devidamente discriminados, pagos pela Câmara Municipal de Abrantes e/ou pelos Serviços

Municipalizados:

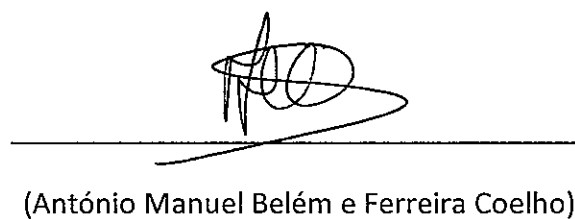
- em publicidade ao jornal de Abrantes e à Rádio Antena Livre entre os meses de Setembro de 2009 a Maio de 2011, assim como todos os subsídios às suas actividades ou eventos;

- em publicidade ao Jornal de Abrantes no ano de 2008.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/31

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número			Número	Tip	Data
05.01	020000969	2002/08/26	RJE	07003718	2007/12/05	0106454463 JOAQUIM DA ASSUNÇÃO CORREIA SARZEDAS	11000760	DES	2011/10/19
							T E O R		
05.03	040000077	2009/04/24	RJE	09001562	2009/08/26	0500852006 ASSOCIAÇÃO JARDINS ESCOLAS JOÃO DE DEUS AV ALVARES CABRAL, 69	11000748	DES	2011/10/18
							T E O R		
04.01	070000450	2007/06/25	LICOR	07001907	2007/06/25	0122546105 JOSÉ MANUEL ROSA BENTO RUA BERNARDINO MACHADO Nº 8-1ª A SACAVÉM	11000754	DES	2011/10/18
							T E O R		
04.06	070000699	2007/09/18	LICOR	07002888	2007/09/18	0507553410 CONSTRUCOES J.V. DIAS, LDA. RUA DA SOCIEDADE Nº103 CASAS DE REVELHOS	11000763	DES	2011/10/25
							T E O R		
04.06	070000756	2007/10/12	AUTOBEDI	07003139	2007/10/12	0501201645 MARGARIDO & DIAS, LDA AVª DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	11000753	DES	2011/10/18
							T E O R		
04.06	070000757	2007/10/12	AUTOBEDI	07003140	2007/10/12	0501201645 MARGARIDO & DIAS, LDA AVª DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	11000752	DES	2011/10/18
							T E O R		
05.06	070000888	2007/12/05	LICOR	07003714	2007/12/05	0506988821 CONFORTEO CLIMATIZACAO ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA VIA INDUSTRIAL 1, LOTE 7 PARQUE INDUSTRIAL NORTE	11000756	DES	2011/10/19
							T E O R		
06.01	09000136	2009/04/02	RJE	10000229	2010/02/10	0114127212 JOAO DA CONCEIÇÃO CUSTÓDIO RUA DA EIRA, Nº 50 Medroa	11000749	DES	2011/10/18
							T E O R		

*** processado por computador ***
*** sistemas infoRje ***

17.10.2011:Deferido.

13.10.2011:Nada a opor quanto ao deferimento do pedido.à consideração Superior
17.10.2011:Deferido.

2011/10/18: No uso das competências que me foram sub-delegadas,
defiro o pedido de autorização de utilização.

reconstrução moradia
RUA DA EIRA, n.º 50
Medroa

17.10.2011:Aprovado projecto de arquitectura.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/31

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESPACHO, DELIBERAÇÃO	
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data				
04.01	10000177	2010/05/03	LICOR	10000742	2010/05/03	0103646345 RUA DO CARMO COELHO RUA DIREITA, N.º 48 AMOREIRA	11000740 DES 2011/10/13 T E O R	13.10.2011:Emita-se o competente alvará.	
04.01	10000179	2010/05/03	LICOR	10000749	2010/05/03	0127951296 URBANIZAÇÃO DE SANTA LUZIA LOTE B 16 2.º ESQ.	11000745 DES 2011/10/18 T E O R	13.10.2011:Emita-se o competente alvará.	
06.03	10000305	2010/07/27	LICOR	10001308	2010/07/27	0128328088 JOAQUIM VALENTE RUA JOÃO XXIII, N.º 18 TAPADÃO	11000759 DES 2011/10/19 T E O R	2010.10.17: Indeferimento nos termos da informação director do DDU.	
04.03	10000352	2010/08/30	LICOR	00001529	2010/08/30	0181011514 MARIA JESUS MARQUES PEREIRA RUA DA INDUSTRIA N.º 16 TAPADÃO	11000762 DES 2011/10/20 T E O R	18.10.2011: Aprovo as alterações ao projecto nos termos propostos.	
05.03	10000394	2010/09/20	LICOR	10001673	2010/09/20	0105717215 MARIA HELENA MARQUES ROSA MARCÃO BECO DA VINHA, N.º 41 PEGO	11000758 DES 2011/10/19 T E O R	17.10.2011: Aprovo projecto de arquitectura.	
06.01	10000535	2010/12/23	RJE	11000664	2011/07/07	0179159879 MANUEL ANTONIO CALADO ACATES RUA DO SERRADO, N.º 379 CM00015627	11000755 DES 2011/10/18 T E O R	2011.10.17: Indeferido.	
10.03	67000054	2011/08/26				0501525882 BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA MILLENNIUM BCP-PAR/DGI CM000000710 TAGUSPARK, EDIFICIO 7, PISO 0, ALA B	11000744 DES 2011/10/18 T E O R	2011/10/17 - Deferido	

*** processado por computador ***
*** sistemas info@j... ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/31

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número			Número	Tip	Data
05.01	02000369	2002/08/26	RJE	07003718	2007/12/05	0106454463 JOAQUIM DA ASSUNÇÃO CORREIA SARZEDAS	11000760	DES	2011/10/19
							T E O R		
05.03	04000077	2009/04/24	RJE	09001562	2009/08/25	0500852006 ASSOCIAÇÃO JARDINS ESCOLAS JOÃO DE DEUS AV ALVARES CABRAL, 69	11000748	DES	2011/10/18
							T E O R		
04.01	07000450	2007/06/25	LICOR	07001907	2007/06/25	0122546105 JOSÉ MANUEL ROSA BENTO RUA BERNARDINO MACHADO N° 8-1ª A SACAVEM	11000754	DES	2011/10/18
							T E O R		
04.06	07000699	2007/09/18	LICOR	07002888	2007/09/18	0507553410 CONSTRUCOES J.V. DIAS, LDA. RUA DA SOCIEDADE N°103 CASAS DE REVELINHOS	11000763	DES	2011/10/25
							T E O R		
04.06	07000756	2007/10/12	AUTOBEDI	07003139	2007/10/12	0501201645 MARGARIDO & DIAS, LDA AV° DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	11000753	DES	2011/10/18
							T E O R		
04.06	07000757	2007/10/12	AUTOBEDI	07003140	2007/10/12	0501201645 MARGARIDO & DIAS, LDA AV° DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	11000752	DES	2011/10/18
							T E O R		
05.06	07000888	2007/12/05	LICOR	07003714	2007/12/05	0506988821 CONFORTEO CLIMATIZACAO ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA VIA INDUSTRIAL 1, LOTE 7 PARQUE INDUSTRIAL NORTE	11000756	DES	2011/10/19
							T E O R		
06.01	09000136	2009/04/02	RJE	10000229	2010/02/10	0114127212 JOAO DA CONCEIÇÃO CUSTÓDIO RUA DA EIRA, N° 50 Medioa	11000749	DES	2011/10/18
							T E O R		

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***

2011/10/17 - Deferido nos termos da informação.

17.10.2011:Deferido.

2011/10/21: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.

17.10.2011:Deferido.

13.10.2011:Nada a opor quanto ao deferimento do pedido.À consideração Superior.
17.10.2011:Deferido.

2011/10/18: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.

17.10.2011:Aprovado projecto de arquitectura.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/31

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data		Número	Tip	Data
04.01	10000177	2010/05/03	LICOR	10000742	2010/05/03	0103646345 RUA DO CARMO CORELHO RUA DIREITA, N.º 48 AMOREIRA	11000740	DES	2011/10/13
13.10.2011:Emita-se o competente alvará.							T E O R		
04.01	10000179	2010/05/03	LICOR	10000749	2010/05/03	0127951296 ISABEL MARIA MARQUES DE OLIVEIRA AMANTE URBANIZAÇÃO DE SANTA LUZIA LOTE B 16 2.º ESQ.	11000745	DES	2011/10/18
2011/10/17 - Deferido							T E O R		
06.03	10000305	2010/07/27	LICOR	10001308	2010/07/27	0128328088 JOAQUIM VALENTE RUA JOÃO XXIII, N.º 18 TRAPADÃO	11000759	DES	2011/10/19
18.10.2011:Indeferimento nos termos da informação director do DUU.							T E O R		
04.03	10000352	2010/08/30	LICOR	00001529	2010/08/30	0181011514 MARIA JESUS MARQUES PEREIRA RUA DA INDUSTRIA N.º 16 TRAPADÃO	11000762	DES	2011/10/20
18.10.2011:Aprovo as alterações ao projecto nos termos propostos.							T E O R		
05.03	10000394	2010/09/20	LICOR	10001673	2010/09/20	0105717215 MARIA HELENA MARQUES ROSA MARCÃO RUA DA VINHA, N.º 41 BECO	11000758	DES	2011/10/19
17.10.2011:Aprovo projecto de arquitectura.							T E O R		
06.01	10000535	2010/12/23	RUE	11000664	2011/07/07	0179159879 MANUEL ANTONIO CHALDO ACATES RUA DO SERRADO, N.º 373	11000755	DES	2011/10/18
2011.10.17:Indeferido.							T E O R		
10.03	67000054	2011/08/26				0501525882 BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA MILITARIUM BCP-DAP/DGI TAGSPARK, EDIFICIO 7, PISO O, ALA B	11000744	DES	2011/10/18
2011/10/17 - Deferido							T E O R		

*** processado por computador ***
*** sistemas infoxije ***